

V SEMINÁRIO DE ESTÁGIO DA UPE
UPE CAMPUS MATA NORTE – PERNAMBUCO
11 a 13 de junho de 2025

ENTRE ARQUIVOS E APRENDIZAGENS: VIVÊNCIAS NO PROCESSAMENTO TÉCNICO DO MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO.

Sttephanny Alinny Jesuino Amancio da Silva¹
Jacielly Raianne Martins dos Santos²
Suzane Cavalcanti de Almeida³
Orientador (Professor do Componente)⁴

Resumo

O presente relato descreve a vivência de estágio não obrigatório realizado no Memorial da Justiça de Pernambuco, a partir do processamento técnico. Dividido em três etapas – Integração ao acervo, Execução de atividades técnicas e Valor histórico social e a importância na formação do historiador – a experiência promoveu a aprendizagem direta e prática de técnicas arquivísticas. Lidando com documentos do século XIX e XX, contribuiu para a compreensão da importância dos acervos na preservação da memória, destacando como histórias marginais auxiliam no conhecimento da História do Brasil.

Palavras-chave: Processamento técnico. Arquivo Jurídico. História Social.

Introdução

Quando pensamos em história, os grandes monumentos, museus imponentes e acontecimentos marcantes na historiografia ganham espaço no nosso pensamento. Raramente há espaço para os documentos, aos papéis envelhecidos que resistiram

¹Universidade de Pernambuco (UPE), Graduanda em Licenciatura Plena em História, sttephanny.alinny@upe.br

² Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Graduanda em Licenciatura Plena em História, jacielly.martins@ufrpe.br

³ Analista Judiciária do Memorial da Justiça de Pernambuco, Graduada em Biblioteconomia e Esp. em Gestão e Tecnologia da Informação, suzane.almeida@tjpe.jus.br

⁴ Trata-se de um estágio não obrigatório, portanto, não há orientador acadêmico designado, apenas supervisão no local de realização do estágio.

ao tempo. A partir disso, podemos refletir sobre o papel do historiador: além de recuperar o passado, realiza a interpretação com base nos vestígios, entre eles, os documentos judiciais, fundamentais para compreensão dos conflitos, vivências e valores sociais. Assim sendo, o presente relato de experiência tem como objetivo dissertar sobre a vivência do estágio não obrigatório no Memorial da Justiça de Pernambuco a partir do processamento técnico.

Compreende-se por processamento técnico, o conjunto de atividades em acervos arquivísticos, bibliográficos ou museológicos, que visam organizar, descrever e preservar documentos assegurando sua utilização por usuários. Nele, consiste o processo de identificação, descrição, classificação, conservação e acondicionamento de um documento.

O Memorial da Justiça de Pernambuco, fundado em 1998, vincula-se à Comissão de Gestão e Preservação de Memória do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), promovendo ações de preservação de processos jurídicos, fotografias, mobílias do Poder Judiciário, entre outros. Atualmente sediado na antiga Estação Ferroviária do Brum, fundada em 1881, fundamental na agroexportação e na facilitação do deslocamento de passageiros, ligando a cidade do Recife ao Limoeiro.

Nesse contexto, o estágio não obrigatório é desenvolvido a partir do contato direto com as fontes primárias e com as etapas de preservação e organização do acervo, contribuindo para entendimento das práticas e metodologias fundamentais para o acesso desse à pesquisadores e visitantes, além de resguardar as informações básicas dos documentos que são base para pesquisas, ações educativas e organização do acervo. Desse modo, apesar de não exercer diretamente a função de mediação com o público visitante (função destinada à equipe educativa da instituição), o trabalho realizado nos bastidores do espaço permite que ações de mediação e pesquisa aconteçam.

Metodologia

As atividades foram realizadas de forma presencial no Memorial da Justiça de Pernambuco. As principais funções consistiam na interpretação de processos judiciais

com leitura paleográfica, descrição e higienização de documentos e confecção de catálogos dos processos manuseados sob a orientação da supervisão.

Análise e Discussão

INTEGRAÇÃO AO ACERVO

No início do estágio, fomos apresentadas ao espaço do Memorial da Justiça e designadas a executar a identificação da comarca de Triunfo, que ainda não havia sido identificado. Esse primeiro contato com o acervo ocorreu com quietude, pois contamos com o apoio direto da supervisão no direcionamento da identificação, instruindo sobre as primeiras etapas dessa, a natureza dos processos e como identifica-los. Após o término do processo identificativo da Comarca, efetuamos o catálogo desses processos, assim como, organizamos em caixas separando-os por sua essência (cível ou crime), séculos e décadas, de acordo com a orientação da supervisão.

Em seguida, fomos direcionadas para o acervo da Comarca de Limoeiro, com o qual enfrentamos maiores dificuldades pois sua maioria contava com documentos do séculos XIX, com grafia e condições físicas mais sensíveis. No entanto, com o apoio da supervisão, colegas mais experientes e demais servidores nos habituamos e adquirimos prática e facilidade no manuseio dos processos. A partir disso, avançamos para outras comarcas, como Brejo da Madre de Deus e Garanhuns, retornando sempre que possível às atividades com Limoeiro, que possui um acervo particularmente extenso.

EXECUÇÃO DE ATIVIDADES TÉCNICAS

Durante o período, desenvolvemos uma rotina técnica inclinada ao tratamento dos processos judiciais. As principais atividades consistiam na higienização básica dos documentos (remoção de parafusos, linhas, grampos e demais itens), utilizando pincel e estilete para remover sujidades e detritos, além dos materiais individuais de proteção, luva, máscara e avental.

Em seguida, envolvíamos o processo higienizado em capilhas, que se configuram como invólucros de papel cartão utilizado para preservar a estrutura física dos documentos, e identificávamos com sua comarca, natureza, tipo de processo, ano e partes envolvidas.

Após exercer as atividades iniciais com todos os processos de uma comarca, reunimos os documentos em caixas, respeitando a ordem estabelecida no acervo, alocando-os para facilitar seu armazenamento e futuras consultas. Com o tempo, adquirimos maior agilidade nesse processo, e embora o cotidiano com as atividades necessite de atenção constante aos detalhes, nos estimulou a compreender a importância dos cuidados e preservação com os acervos históricos e garantia do acesso à memória institucional.

O VALOR HISTÓRICO SOCIAL E A IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DO HISTORIADOR

Durante o contato direto com as fontes históricas, constrói-se a percepção de um acervo para além de um registro burocrático da instituição. Os documentos históricos, de forma particular, revelam aspectos importantes da história social de Pernambuco e do Brasil: relações de poder, relações de gênero, dinâmicas familiares, entre outras. Documentos esses que apresentam, de forma direta, riqueza de conteúdo acerca da História do Brasil.

Por exemplo, ao analisar inventários do século XIX pode-se constatar escravizados sendo partilhados com os herdeiros, com seus nomes, suas idades e características físicas de forma conjunta com a mobília e os bens do ente falecido expondo a desumanização aceita de forma legal na época, escancarando a brutalidade do sistema escravocrata. Além de encontrar nos documentos estampilhas fiscais com a face do monarca, Dom Pedro II, revelando a burocracia imperial e a centralidade monárquica do Estado.



Figura 1: Estampilhas em Processo Judicial do acervo do Memorial da Justiça de Pernambuco.

Fonte: Foto do autor, 2025.

Embora anônimas, essas histórias são primordiais para compreensão do cotidiano, modo de vida e relações passadas. Histórias que passam despercebidas nos grandes manuais, mas são fundamentais ao tratar de uma história social mais atenta aos sujeitos comuns. Ainda, mesmo sem exercer contato direto com o público, reconhecemos o papel histórico e educativo desses arquivos. A preservação e organização do acervo contribuem para o acesso a memória, à verdade histórica e ao direito de informação. Lidar com acervos históricos não compõe uma experiência neutra, mas sim, lidar com sentimentos de reflexão, inquietação e desconforto, sendo de fato atravessada (o) por eles, deixando-se provocar e decompor o olhar diante da história e sociedade, uma vez que, “[...] o museu não permite nem convive com a ideia de calma, paz ou silêncio. Nele, tudo é perturbador, se ele for compromissado com o tempo, com a cultura e com a conjuntura. Trata-se de um lugar de disputa do simbólico e ajuda a organizar e produzir sentidos e relações societárias.” (PINHEIRO et.al, 2009, p. 518 apud MORAES, p.1, 2006.)

Trabalhar no processamento técnico é fundamental para o ofício do historiador, pois compreende a interação direta com a fonte primária, documentos originais que dão base a pesquisas históricas. Nele, ocorre o aprendizado da identificação,

classificação e organização, promovendo a compreensão da diversidade das fontes. Além disso, contribui para o desenvolvimento da análise crítica de contextos sociopolíticos e culturais da época em que foram produzidos.

As atividades realizadas supracitadas são fundamentais para o graduando em história, pois permitem vivenciar de forma prática as etapas da pesquisa, organização e descrição dos documentos fortalecendo a aplicação dessa vivência durante a jornada acadêmica, preparando-o para lidar com fontes primárias antes dos momentos finais da graduação, com mais segurança no momento da pesquisa documental, na elaboração de artigos e trabalhos de conclusão de curso, enriquecendo o conhecimento histórico individual e social, garantindo que a memória histórica esteja acessível para pesquisadores, instituições e sociedade em geral.

Conclusão

O estágio no Memorial da Justiça de Pernambuco representou mais que uma atividade técnica, tornou-se uma vivência formativa que nos colocou em contato direto com os enredos da história social pernambucana e brasileira, abrangendo não apenas uma burocracia jurídica, mas também, experiências humanas profundas.

Estar em contato com o acervo jurídico nos fez perceber o potencial de compreensão do passado, especialmente sob a ótica da história social, além do potencial crítico presente neles, fundamental para pesquisadores e sociedade geral.

Durante a experiência, torna-se evidente que trabalhar em um arquivo também é, por vezes, confrontar-se com ausências, silenciamentos e desigualdades enquanto momento de olhar atento ao passado atribuindo reflexão no presente. Vivenciar o estágio tornou nossa percepção mais crítica, atenta e comprometida com o exercício da história, ainda que invisibilizada.

Referências

CARVALHO, Anamélia de; SANTOS, Ana Claudia dos. **Ensino não formal e o judiciário : memórias e narrativas do Memorial da Justiça de Pernambuco**. 2023. 145 fl. Relatório técnico (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História. Mestrado Profissional em História, 2023

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Estação Ferroviária do Brum, em Recife (PE), ganha tombamento provisório. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/estacao-ferroviaria-do-brum-em-recife-pe-ganha-tombamento-provisorio>. Acesso em: 29 maio 2025.

PINHEIRO, Mariza Inês da Silva; SILVA, Edileusa Regina Pena da; GUSMÃO, Alexandre Oliveira de Meira; SANTOS, Sandra Monteiro de Barros; BARBIERI, Valquíria Chaves. **Pela preservação da memória documental como uma garantia do acesso à informação, à memória e à cidadania.** *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 513-530, jul./dez. 2009.